



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10166.725463/2011-18  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2202-003.774 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 05 de abril de 2017  
**Matéria** PER/DCOMP  
**Recorrente** DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S.A.  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2011

Ementa:

COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO DOS CRÉDITOS. ÔNUS DO CONTRIBUINTE.

Cabe ao contribuinte efetivamente comprovar, nos termos e prazos da legislação de regência, a liquidez e certeza dos créditos que pretende compensar. A ausência de comprovação afasta o direito creditório pleiteado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Marco Aurélio de Oliveira Barbosa - Presidente.

(assinado digitalmente)

Dilson Jatahy Fonseca Neto - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Aurélio de Oliveira Barbosa (Presidente), Júnia Roberta Gouveia Sampaio, Dilson Jatahy Fonseca Neto, Martin da Silva Gesto, Cecília Dutra Pillar, Márcio Henrique Sales Parada.

## Relatório

Trata-se, em breves linhas, de compensação não homologada. Tendo a Contribuinte apresentado Manifestação de Inconformidade, a DRJ negou provimento ao pleito. Inconformada, a Contribuinte interpôs Recurso Voluntário que, em primeiro julgamento, foi convertido em diligência por este e.CARF. Os autos ora retornam, com a informações da DRF.

Feito o breve resumo da lide, passo ao relatório pormenorizado dos autos.

A Contribuinte apresentou uma série de PER/DCOMP's alegando crédito inicial de R\$ 13.054.822,87<sup>1</sup>, provenientes de Processo Administrativo anterior, especificamente 10168.000416/2011-30.

Nº	PER/DCOMP nº	Data da Entrega	Retificadora	fls.
1	25843.48650.180311.1.3.04-0014	18/03/2011	Não	2/5
2	32027.42265.310511.1.3.04-8503	31/05/2011	Não	6/9
3	06693.41705.150611.1.3.04-7273	15/06/2011	Não	10/3
4	22624.54250.250311.1.3.04-8067	23/03/2011	Não	14/19
5	04655.45848.150411.1.3.04-9310	15/04/2011	Não	20/23
6	13876.31187.200411.1.3.04-0000	20/04/2011	Não	24/27
7	37985.74018.250411.1.3.04-4738	25/04/2011	Não	28/33
8	25326.22022.160511.1.3.04-1090	16/05/2011	Não	34/37
9	41957.75184.250511.1.3.04-1061	25/05/2011	Não	38/41
10	29204.02282.190811.1.3.04-7292	19/08/2011	Não	42/45
11	17795.60935.200611.1.3.04-0537	20/06/2011	Não	46/49
12	16602.45220.240611.1.3.04-0063	24/06/2011	Não	50/55
13	15730.33084.300611.1.3.04-2091	30/06/2011	Não	56/59
14	33849.85015.060711.1.7.04-9073	06/07/2011	Sim - nº 12	60/65
15	19924.10040.190711.1.3.04-3833	19/07/2011	Não	66/69

<sup>1</sup> Na PER/DCOMP nº 25843.48650.180311.1.3.04-0014 foi alegado crédito de R\$ 13.151.044,67 (fl. 3)  
Na PER/DCOMP nº 05716.56379.150311.1.3.04-0820 foi alegado crédito de R\$ 13.185.371,10 (fl. 95)

16	05450.54887.220711.1.3.04-5534	22/07/2011	Não	70/73
17	30001.04775.250711.1.3.04-6203	25/07/2011	Não	74/79
18	29976.22888.290711.1.3.04-2000	29/07/2011	Não	80/83
19	09788.73264.150811.1.3.04-7832	15/08/2011	Não	84/87
20	18507.26858.250511.1.3.04-4020	25/05/2011	Não	88/93
21	05716.56379.150311.1.3.04-0820	15/03/2011	Não	94/97
22	09744.69256.290411.1.3.04-9807	29/04/2011	Não	98/101
23	08387.83504.310311.1.3.04-8510	31/03/2011	Não	102/105

Em 11/08/2011 foi emitido o Memorando SACP/CGH nº 0304/2011 DRF/BSB/Diort solicitando o envio dos autos do processo nº 10168.000416/2011-30 para subsidiar a análise dos PER/DCOMP's apresentados pela Contribuinte (fl. 106). Em 22/08/2011 foi enviado em resposta o Memorando nº 1/2011/PROT-SEDE/SAMF/SPOA/SE/MF-DF informando que foi pedido desistência do referido processo, com esclarecimento que havia sido protocolado o processo nº 10168.000683/2010-26, e que os documentos a ele anexados haviam sido devolvidos à Contribuinte (Fl. 107).

Como consequência, foi emitida em 25/08/2011 a Intimação nº 707/2011 para que, nos termos dos arts. 927 e 928 do RIR/1999, a Contribuinte apresentasse a documentação comprobatória do seu direito creditório (fl. 109). Recebida essa intimação, a Contribuinte solicitou prorrogação do prazo, informando que solicitaria cópias integrais dos autos do processo nº 10168.000416/2011-30 (fl. 110 e docs. anexos fls. 111/113). Posteriormente, a Contribuinte protocolou nova petição informando que ainda não conseguira os documentos porquanto o processo nº 10168.000416/2011-30 foi "eliminado/cancelado" sem qualquer notificação, esclarecimento ou resposta ao Contribuinte, mas que ainda aguardava a obtenção de cópia dos autos e que, ato contínuo, apresentaria os documentos solicitados (fl. 121/122 e docs. anexos fls. 123/127).

Em 23/09/2011 foi proferido Despacho Decisório DRF/BSB/Diort (fls. 128/133) informando que a Compensação não foi homologada à falta de comprovação da existência e da origem do crédito.

Intimada em 18/10/2011 (fl. 145), a Contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade em 17/11/2011 (fls. 150/166 e docs. anexos fls. 167/303) solicitando (1) efeito suspensivo em relação ao seu débito; (2) cópia do processo nº 10168.000416/2011-30 ou do protocolo de desistência do referido processo; (3) emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

Levado a julgamento em sede de primeiro grau, a DRJ proferiu o acórdão nº 03-49.052, de 31/07/2012 (fls. 307/311) que restou assim ementado:

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

*Ano-calendário: 2011*

*Per/Dcomp - Compensação de débitos tributários com crédito de pagamento indevido ou a maior.*

*A compensação de débitos de tributos ou contribuições sociais administrados pela Receita Federal do Brasil somente poderá ser autorizada pela autoridade administrativa fiscal com crédito líquido e certo a favor do sujeito passivo, contra a Fazenda Nacional.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

*Direito Creditório Não Reconhecido*

Intimada em 20/09/2012 (fl. 312), e ainda inconformada, a Contribuinte opôs Recurso Voluntário em 16/10/2012 (fls. 322/345), argumentando, em síntese:

- Que a ciência do dia 20/09/2012 foi dada a pessoas alheias ao processo, posto que haviam pendências entre os escritórios que representavam a Contribuinte. Nesse sentido, pede reabertura do prazo para apresentação de Pedido de Reconsideração e/ou Embargos de Declaração;
- Que deve ser analisado o Pedido de Restituição constante no processo administrativo nº 10168.000416/2011-30 antes dos pedidos de compensação ora analisados, porquanto aquele processo é a origem do crédito utilizado nestas compensações;
- Que o acórdão recorrido se equivocou ao concluir que era descabida a análise do processo referente ao Pedido de Restituição;
- Que o fisco não pode se escusar de apresentar cópias do processo nº 10168.000416/2011-30 ao argumento de que houve pedido de desistência e devolução da documentação sem sequer comprovar estes fatos;
- Que a Contribuinte juntou aos autos do processo nº 10168.000416/2011-30 os documentos originais, razão pela qual não dispõe deles para instruir os presentes autos;
- Que a desistência/cancelamento do processo administrativo nº 10168.000416/2011-30, feita à revelia da participação da Contribuinte, constitui violação aos arts. 48, 49 e 59 da Lei nº 9.784/99 e inclusive do art. 5º, XXXII e XXXIV da CF/1988;
- Que a mesma Lei nº 9.784/99 determina que as manifestações dos contribuintes/administrados e dos agentes administradores devem ser feitas por escrito (arts. 2º, 3º, 5º, 6º e 22), de sorte que é necessária a apresentação do multicitado "pedido de desistência";
- Que o art. 6º da Lei nº 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança) assegura à Recorrente o direito líquido e certo de exigir uma cópia ou a exibição do pedido de desistência do processo nº 10168.000416/2011-30;

- Que, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, com alterações posteriores, o débito da Contribuinte deve ser considerado extinto sob condição de ulterior homologação enquanto não sobrevier decisão no processo administrativo nº 10168.000416/2011-30; e
- Pede (1) a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa; (2) o retorno dos autos à 1º instância para a juntada dos documentos constantes no processo nº 10168.000416/2011-30; e (3) concessão do efeito suspensivo ao Recurso Voluntário.

Levado a julgamento em sede de 2º grau, o CARF proferiu a Resolução nº 2202-000.579, de 14/04/2014 (fls. 373/375), no qual registrou que não há nos autos qualquer informação precisa de qual a origem do crédito que se pede restituição nos autos do processo nº 10168.000416/2011-30, o que impede a certeza com relação à competência para análise do processo, determinando o retorno dos autos à origem para que se informe qual a natureza do crédito tributário objeto do pedido de restituição e de compensação.

Após o encaminhamento dos autos à DIORT, foi anexada informação de que o processo nº 10168.000416/2011-30 encontra-se "eliminado/cancelado" (fl. 380). Também foram anexadas capas e informações referentes ao processo administrativo nº 10168.000683/2010-26, que versou sobre pedido de restituição de COFINS (fls. 381/386).

Enfim, foi juntado aos autos a Informação Fiscal nº 922/2015/DIORT/DRF/BSB - Diligência (fls. 387/390), que constatou:

*"Nessa linha, com a extinção do processo nº 10168.000416/2011-31, não há como verificar a natureza do direito creditório junto a esse processo e, consequentemente, resta prejudicado o atendimento à Resolução do CARF nº 2202-000.579.*

*Cabe observar que, conforme o parágrafo 02 do Memorando [nº 1/2011/PROT/SEDE/SAMF/SPOA/SE/MF-DF], a desistência do processo nº 10168.000416/2011-31 ocorreu em virtude da protocolização do processo nº 10168.000683/2010-26 (fl. 381/386), cujo assunto é crédito judicial de PIS" - fls. 388/389.*

Outrossim, consta dos autos um "Termo de Desentranhamento" (fl. 120) informando a exclusão das fls. de nº 116 a 119, em função da modificação do conteúdo do despacho decisório.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Dilson Jatahy Fonseca Neto

O Recurso Voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, portanto dele conheço.

**Do pedido de reabertura de prazo:**

A Contribuinte argumenta, preliminarmente, que a ciência foi dada a pessoa estranha aos autos, de sorte que só teve efetivo conhecimento da decisão 20 dias depois, causando prejuízo ao seu direito de defesa.

Acontece que, compulsando os autos, é possível observar, na fl. 312, a ciência foi dada a um Thiago Ramos Sá Gondim no dia 20/09/2012. À fl. 315 consta substabelecimento datado de 30/07/2012 pelo patrono Germano Cesar de Oliveira Cardoso em prol daquele primeiro. Enfim, observa-se à fl. 313 procuração dada pela Contribuinte ao senhor Germano Cesar Oliveira Cardoso no dia 07/05/2012, na qual se concede poderes de representação "*ad judicia et extra*", indicando especificamente, entre outros, poderes de representação em processos administrativos e, entre outras instituições públicas, a Secretaria da Receita Federal. Nesse sentido, percebe-se que a pessoa que tomou conhecimento da decisão em 20/09/2012 tinha sim competência para fazê-lo, ainda que não fosse a pessoa que viria a firmar a defesa administrativa.

Por essa razão, não é possível dar provimento a esse pedido.

**Da suspensão da exigibilidade do crédito tributário:**

A Contribuinte argumenta, ainda, pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, frente à interposição do recurso voluntário.

O CTN é expresso, em seu art. 151, que a apresentação de recursos administrativos têm o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Igualmente, o Decreto nº 70.235/1972, ratifica o efeito suspensivo do Recurso Voluntário em seu art. 33.

Por esses motivos, assiste razão ao pedido da Contribuinte.

**Da diligência**

Pleiteia a Contribuinte, ainda, que os autos sejam devolvidos à 1<sup>a</sup> instância para que sejam juntados os documentos constantes no processo administrativo nº 10168.000416/2011-30. Essa diligência já foi feita nos termos da Resolução CARF nº 2202-000.579, de 14/04/2014, inclusive com o objetivo de se averiguar a verdadeira competência para o julgamento desse processo.

Em resposta à diligência, foi juntado aos autos a Informação Fiscal nº 922/2015/DIORT/DRF/BSB, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

*"Da leitura dos três parágrafos do Memorando encaminhado pelo Setor de Protocolo do Edifício Sede, acima transcritos, percebe-se que o processo 10168.000416/2011-31 foi cancelado no sistema COMPROT e que a documentação que havia nesse processo foi devolvida ao contribuinte. Nessa linha, com a extinção do processo 10168.000416/2011-31, não há como verificar a natureza do direito creditório junto a esse processo e, consequentemente, resta prejudicado o atendimento à Resolução do CARF nº 2202-000.579." - fl. 388;*

Em outras palavras, com base nessas informações, conclui-se que não é possível a juntada aos autos dos documentos constantes no processo nº 10168.000416/2011-30.

Em suma, não é possível converter o julgamento em diligência posto que impraticável, nos termos do art. 18 do Decreto nº 70.235/1972.

### **Do sobrerestamento - processo vinculado:**

Argumenta a Contribuinte, em síntese, que o crédito sobre o qual lastreou seus pedidos de compensação encontra-se comprovado nos autos do processo administrativo fiscal nº 10168.000416/2011-30 e, por essa razão, deve ser dado provimento às compensações ou, pelo menos, deve-se aguardar o julgamento deste outro processo antes da resolução da presente lide.

Efetivamente, o RICARF discorre sobre os processos vinculados em no art. 6º do Anexo II:

*Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:*

*§1º Os processos podem ser vinculados por:*

*I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;*

*II - decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas; e*

*III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos.*

(...)

**§ 4º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do § 1º, se o processo principal não estiver localizado no CARF, o colegiado deverá converter o julgamento em diligência para a unidade preparadora, para determinar a vinculação dos autos ao processo principal.**

(...)

**§ 6º Na hipótese prevista no § 4º se não houver recurso a ser apreciado pelo CARF relativo ao processo principal, a unidade preparadora deverá devolver ao colegiado o processo convertido em diligência, juntamente com as informações constantes do processo principal necessárias para a continuidade do julgamento do processo sobrerestado.**

(...)

Efetivamente, tem razão a Contribuinte em tese, mas não no caso prático, quando pede que este processo seja vinculado ao processo de Pedido de Restituição no qual baseou seu crédito. Percebe-se, entretanto, que os autos já foram convertidos em diligência e,

nesta, foi informado que o processo que seria principal já não existe. Portanto, recai na hipótese do art. 6º, §6º, do Anexo II ao RICARF, supratranscrito, que determina o julgamento do processo decorrente com base nas informações do processo principal.

Outrossim, ainda que a situação concreta cause estranheza, uma vez que esse processo principal não veio ao CARF, não pode este órgão se pronunciar sobre a sua tramitação.

### **Do mérito**

Enfim, o Código Tributário Nacional é expresso em afirmar que:

*Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com **créditos líquidos e certos**, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.*

Em outras palavras, só é possível a compensação de créditos entre o Contribuinte e a Fazenda Nacional mediante a comprovação de créditos **líquidos e certos** em favor daquele. O ônus dessa comprovação é do postulante, i.e., daquele de almeja realizar a compensação, no caso, a Contribuinte. Essa é a jurisprudência desta casa:

#### **Acórdão CSRF nº 9101-002.548, 07/02/2017:**

*RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.  
COMPROVAÇÃO.*

*CRÉDITO.*

*Tratando-se de fato constitutivo de direito, cujo ônus da prova incumbe ao autor, em conformidade com o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil - CPC (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), e tendo em vista que a existência, certeza e liquidez do crédito pleiteado são requisitos essenciais ao deferimento da restituição/compensação requerida, na forma do art. 170 do Código Tributário Nacional - CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), compete ao sujeito passivo, que dele pretende se beneficiar, a efetiva comprovação daquele crédito, não cabendo opor a esse ônus alegações de decadência ou de homologação tácita por parte do Fisco.*

#### **Acórdão CARF nº 2401-004.612, de 08/02/2017:**

*COMPENSAÇÃO. ÔNUS DA PROVA.*

*De acordo com o tradicional critério de distribuição do ônus probatório, cabe ao sujeito passivo comprovar a liquidez e a certeza do seu direito creditório utilizado no procedimento de compensação de contribuições previdenciárias em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).*

#### **Acórdão CARF nº 3301-003.171, de 20/02/2017:**

*RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. PER/DECOMP. CRÉDITO LÍQUIDO E CERTO. COMPROVAÇÃO. ÔNUS*

*Nos processos derivados de pedidos de restituição, compensação ou resarcimento, a comprovação dos créditos ensejadores incumbe ao postulante, que deve carregar aos autos os elementos*

*probatórios correspondentes, capaz de demonstrar a liquidez e certeza do pagamento indevido.*

**Acórdão CARF nº 1201-001.545, de 25/01/2017:**

***COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO DOS CRÉDITOS. ÔNUS DO CONTRIBUINTE.***

*Cabe ao contribuinte efetivamente comprovar, nos termos e prazos da legislação de regência, a liquidez e certeza dos créditos que pretende compensar. A ausência de comprovação afasta o direito creditório pleiteado.*

No caso, se é verdade que a situação concreta apontada pela Contribuinte causa estranheza, também é verdade que esta não comprovou a existência do crédito, nem mesmo trouxe aos autos cópias das petições e dos documentos que supostamente juntou naquele processo de restituição. Nesse contexto, entendo que não ser possível dar provimento ao pleito da Contribuinte.

**Dispositivo**

Diante de tudo quanto exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Dilson Jatahy Fonseca Neto - Relator